

Lubrificação

SIMEPETRO

Publicação do Sindicato Interestadual das Indústrias Misturadoras, Envasilhadoras de Produtos Derivados de Petróleo

Jornalista Responsável: Ana Azevedo (MTB 22 242) - Contatos: 11- 3207 0072 - simepetro@terra.com.br

Ed. 14 - Maio de 2010



Requalificação



Recadastramento

**ANP orienta
recadastramento**



DIRETORIA ASSUME PARA TRIÊNIO 2010-2013

No último dia 19 de abril, associados de todo o país elegeram a diretoria do Simepetro para o triênio 2010 – 2013. A nova diretoria assume com a proposta de dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos três anos, aproximando a categoria das autoridades que regulamentam a atividade, bem como dos fornecedores de matérias-primas. Para iniciar os trabalhos o presidente Carlos Ristum elegeu algumas prioridades, confira:

Lubrificação – *Quais os principais desafios do Simepetro para 2010?*

Ristum – Temos uma agenda repleta de atividades para este ano, porém, destaco apenas as de maior prioridade:

- sensibilizar a ANP para publicar os dados de comercialização das empresas, a exemplo do que ela faz em outros setores da economia;

- dar assessoria a todas as empresas associadas e não associadas para que possam se adequar à Resolução ANP 18/09; já trabalhando nesse objetivo realizamos um evento técnico com agentes da Agência no dia 27 de abril, no qual muitas dúvidas foram sanadas. Nesse encontro, incluímos as empresas não associadas, pois queremos ver todo o setor adequado à nova legislação.

- rediscutir com a ANP os artigos que tratam de equipamentos para laboratório (teor de elementos) e dos prazos para licenças ambientais.

Lubrificação – *Como você avalia que será o período de adaptação às mudanças estabelecidas pela Resolução 18/09?*

Ristum – Não sei precisar se o período será de um, dois ou três anos, mas será um período de muitas difi-

culdades para as empresas que não acreditaram que sairia uma Resolução. Sabemos que ainda existem no setor empresas sem qualquer registro na ANP, e que terão que se adequar para permanecer no mercado. Espero que todas as empresas consigam se recadastrar.

Lubrificação – *O mercado brasileiro está em crescimento? Existe produto para atender essa demanda?*

Ristum – Sim, o mercado está em crescimento e deverá continuar assim independente de quem será o próximo Presidente da República. No tocante aos óleos básicos, têm ocorrido faltas pontuais, mas confio na capacidade de produção/importação da Petrobras e do rerrefino que tem dado importante contribuição no abastecimento. Portanto, tudo indica que não haverá desabastecimento no mercado. Lembro ainda, que a importação está aberta e que muitas empresas estão trilhando esse caminho.

Lubrificação – *O que esperar do futuro?*

Ristum – Como já dissemos, o Brasil continuará crescendo e deverá se tornar cada vez mais importante para o resto do mundo, principalmente através do agro-negócio, energia renovável, pré-sal, entre outros. Assim, espero ver nosso setor acompanhando essa evolução do país e para que isso aconteça, será necessário que o empresário acredite no seu negócio investindo pesado na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação do meio ambiente e nas legislações que regulamentam nosso setor. A exemplo do que já ocorre em outros países, existe um espaço “reservado” ao nosso setor e o tamanho desse espaço será determinado pelo tamanho de nossos sonhos.



Carlos Ristum



Aldo Guarda - diretor

E

ENCONTRO DISCUTE AUDITORIAS E PERÍCIAS AMBIENTAIS

O Simepetro participou no dia 30 de março, do Encontro Técnico sobre Auditorias e Perícias Ambientais, realizado no auditório do CRQ-IV, em São Paulo. Para o diretor José Roberto Godoy, que representou o Sindicato, o evento serviu para validar a grande responsabilidade com a gestão ambiental, que os empresários possuem ao operar suas empresas.

Foram destacadas as conseqüências da Responsabilidade Criminal (Lei Federal 9,605/98); a de Responsabilidade Civil (Lei Federal 10.406/02); e a de Responsabilidade Administrativa, que cada empresário está sujeito, pela não observação das leis ambien-

tais em vigor. “A Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) em seu art. 14, parágrafo 1º, nos diz que “o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a INDENIZAR ou REPARAR os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”, lembra Godoy.

Logo, os riscos correlacionados com a legislação podem impactar no negócio através de multas, remediações, passivo ambiental, perda da imagem institucional, perda de lucro pela paralisação da atividade e por ações do Ministério Público e Órgãos Ambientais. “É aconselhável que os empresários busquem interação com a legislação ambiental para que possam providenciar, com planejamento adequado, o cumprimento das exigências dessas leis, obtendo sustentabilidade em seus negócios, e que façam um seguro ambiental”.



PETRODIDÁTICA
TUDO PARA EQUIPAR SEU LABORATÓRIO

* Compras acima de R\$ 50.000,00 em até 12 vezes sem juros
* Somente para equipamentos fabricados

A Solução mais inteligente em materiais para o seu laboratório
WWW.PETRODIDATICA.COM.BR
Fone (11) 2436-5700

Novos equipamentos de acordo com as resoluções de 15 a 20/2009 da ANP.



Banho de demulsibilidade
Conf. NBR 14172



Viscosímetro atlântico ASTM D-445



Banho de espuma
Conf. ASTM D-892



Determinador de corrosividade
Conf. NBR 14359



Ponto de fluidez
Conf. NBR-11349



Ponto de gota
ASTM D-566



Trabalhador de graxa motorizado
ASTM D-217



Ponto de Fulgor "Pensky Martens"
ASTM D-93



Ponto de Fulgor "Cleveland"
ASTM D-92



Penetrometro universal
ASTM D-5



Bomba de vácuo
Cód. 32522



Balança digital analítica
Cód. 16856



Agitador magnético com aquecimento

P.D Indústria e Comércio Ltda - Rua Santa Rita, 181 - Guarulhos/ SP CEP: 07176-480
E-Mail: sac@petrodidatica.com.br

A ANP ESCLARECE DÚVIDAS SOBRE RECADASTRAMENTO DOS PRODUTORES DE LUBRIFICANTES

Nem todos os participantes ficaram satisfeitos com as respostas apresentadas pelos técnicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, durante o workshop promovido pelo Simepetro, com objetivo de tirar dúvidas e orientar sobre o recadastramento previsto na Resolução nº 18/09.

Realizado no dia 27 de abril, em São Paulo, o evento foi dividido em duas partes. Na primeira os técnicos, sob a coordenação do gerente de Autorizações da Superintendência de Abastecimento, Rubens Freitas, descreveram passo a passo todo o preenchimento, e no segundo foram esclarecidas dúvidas individuais dos participantes.

Para Freitas a reunião foi importante por demonstrar a preocupação “orientativa” da Agência reguladora. “Estamos aqui antes do prazo do recadas-

tramento vencer e acho que a prevenção é melhor que a correção. Espero que tenhamos contribuído para que todos acelerem o processo de recadastramento”.

Na análise do gerente a etapa do recadastramento que traz o maior número de problemas é a que exige a comprovação das instalações. Dentre as dificuldades, destaque para a aquisição de licenças ambientais. Ele explicou que no caso de apresentação de protocolo, é preciso ficar claro, textualmente, que o estabelecimento está autorizado a continuar exercendo suas atividades até que a licença seja expedida.

Freitas ressaltou ainda, que existem situações em que as exigências do Corpo de Bombeiros são inferiores ao que estabelece a NBR 17505-1, exigida pela ANP. “Nesses casos a empresa terá que obedecer ao mínimo previsto na NBR, independente do que exige o Corpo de Bombeiros local”.

Um dos pontos que trouxe maior preocupação aos presentes foi a constatação de que além de preencher



os requisitos da POI 29, a categoria também terá que atender à POI 48, muito mais exigente. “Na realidade fui pego de surpresa pela POI 48, que nós não temos, estamos nos preparando para a POI 29”, comentou Edilson Marques, da Texsa do Brasil.

Para Ana Paula, da Daido Química, a reunião levou a lugar nenhum. “Todo mundo está saindo com os mesmos problemas que trouxe. A única coisa que foi colocado é como a ANP vai exigir e ponto final. (...) faltou um pouco mais de abertura para entender a situação dos produtores, que não é pontual, mas de todos”.

Já para Marco Antonio Ribeiro Mota, da Evolub – Evolução Lubrificantes, a reunião foi positiva. “Embora no primeiro momento a gente tenha ficado um pouco preocupado com a série de alterações que teremos que promover na empresa, de modo geral foi positivo. Cheguei com uma situação e estou saindo com algumas diretrizes já formadas para começar a implementar”.

Apesar da preocupação dos empresários, Freitas ressaltou que nenhuma autorização de funcionamento será revogada imediatamente. “A partir do vencimento do prazo, por força da legislação serão instaurados processos administrativos de revogação. Todos terão amplo direito de adequação”.

Na opinião do presidente Carlos Ristum, a reunião foi positiva. “Foi uma iniciativa importante da ANP que demonstrou a preocupação em garantir que todos possam buscar soluções para os seus problemas. Temos agora que nos unir e mostrar ao órgão regulador quais são as exigências que podem inviabilizar a continuidade do negócio da categoria”.

Para o gerente de Autorizações da ANP, Rubens Freitas, inicialmente algumas pessoas se assustaram um pouco. “Agora no final eles estão vendo que o negócio não é tão complicado. Algumas empresas isoladamente terão dificuldade, isso é muito normal. Mas acredito que boa parte aqui vai atender à documentação”.

CONFIRA ALGUNS ITENS PREVISTOS NA POI N° 48

IV - Cópia autenticada da Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental estadual competente, em nome da interessada e dentro do prazo de validade, no endereço das instalações, especificando a atividade econômica exercida.

V - Cópia autenticada do Certificado de Vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros responsável pela jurisdição, em nome da interessada e dentro do prazo de validade, no endereço das instalações, especificando a atividade econômica exercida.

VI - Memorial descritivo das instalações, refletindo a descrição do processo, contemplando:

- a) endereço das instalações;
- b) descrição das instalações fabril e parque de tançagem;
- c) balanço material de matérias primas, insumos e produtos acabados;
- d) fluxograma de engenharia das instalações de processo e tançagem, referente ao sistema de produção e movimentação de matérias primas, insumos e produtos acabados, contemplando:
 - d.1) Equipamentos, tipo, Temperatura (°C); pressão (Kg/cm²) e vazão (m³ /h);
 - d.2) descrição dos processos produtivos e movimentação de matérias primas, insumos e produtos, detalhando os respectivos sistemas de instrumentação, medição, de carregamento, de controle de qualidade e equipamentos de laboratório.

VII - Planta de locação das instalações, devidamente orientada e cotada,

indicando o Norte verdadeiro e as seguintes informações:

- a) confrontantes atuais existentes;
- b) edificações, equipamentos de processo, tanques de armazenamento (dimensão, volume e produto armazenado), plataforma de carregamento/descarregamento e demais equipamentos;
- c) elevações do terreno acabado, principalmente nas áreas das instalações;
- d) distâncias entre os equipamentos de processo;
- e) distâncias entre os tanques;
- f) distâncias entre os tanques e os limites da propriedade;
- g) distâncias entre os tanques e as edificações;
- h) distâncias entre os tanques e a base interna do dique de contenção;
- i) vias internas de circulação, estabelecendo o fluxo de entrada e saída dos caminhões.

VIII - Planta de tançagem, devidamente cotada, contemplando:

- a) no caso de tanques aéreos: dimensões e detalhes das seções longitudinal e transversal da bacia de contenção dos tanques (incluindo a justificativa para a capacidade da bacia definida no projeto, mediante memorial de cálculos referentes ao seu volume mínimo) e da base dos tanques e diques;
- b) no caso de tanques subterrâneos: vista em corte da perfilagem dos tanques na cava subterrânea, incluindo poços de monitoramento, sistema de proteção anticorrosiva e respiros.

IX - Folha de dados de tanques e de equipamentos de processo, especificando:

- a) materiais, espessura de chapa e norma de projeto utilizada;
- b) conexões (entrada, saída, dispositivos de segurança, bocal de medição e porta de visita);
- c) acessórios do equipamentos: escada de acesso e guarda-corpo.

X - Planta geral de tubulação de movimentação e de produtos, compreendendo:

- a) norma de projeto utilizada, materiais e equipamentos;
- b) traçado com posicionamento de válvulas, acessórios e suportes;
- c) cortes e elevações de equipamentos de produção, da casa de bombas e da plataforma de carregamento, incluindo bicos de carregamento.

XI - Laudos conclusivos dos ensaios não-destrutivos, atestando a integridade física de tanques e tubulações, assinados por engenheiro mecânico ou metalúrgico; informar as normas utilizadas.

XII - Plantas de drenagem oleosa/pluvial das instalações, contemplando:

- a) sistema integrado de captação de derrames eventuais nos seguintes locais: bacia de contenção, plataforma de carregamento, plataforma de bombas de recalque (vazamento nos selos e conexões) e na área de descarga de produto;
- b) projeto da Caixa Separadora de Água e Óleo (SAO), ressaltando que as tubulações para o sistema de drenagem oleosa deverão ser em aço carbono ou ferro fundido, e que deverá ser instalada caixa de válvula tipo gaveta, externa à bacia, para isolamento da bacia de contenção.

M

MERCADO SOFRE COM A FALTA DE BÁSICO

■ O mercado ainda está sofrendo os efeitos do incêndio em uma subestação de energia elétrica na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc). Embora a Petrobras afirme que o suprimento já foi estabilizado, muitos produtores estão enfrentando dificuldades.

Um exemplo é a Pax Lubrificantes, que afirma estar parando as linhas de produção por falta de óleo básico. “Tenho tido dificuldade, principalmente em cilindro 2 e Bright Stock. Estamos parando as linhas, não posso fazer produto fora das especificações, então tenho que parar de produzir”, diz Luís Pinheiro.

O incêndio na Reduc aconteceu no final de fevereiro, e interrompeu as atividades por alguns dias, segundo a assessoria de imprensa. O gerente de Comércio Interno de Lubrificantes e Parafinas da Petrobras, Bernardo Noronha Lemos, afirmou que o suprimento já foi estabilizado com a retomada da produção no dia 15 de abril. Ainda segundo ele, a empresa manterá importações regulares ao longo de 2010 para garantir o atendimento do mercado e a recuperação dos estoques na cadeia.

No entanto, os agentes do mercado afirmam que o problema não acabou. De acordo com a supervisora de vendas da Agecom, Claudia Heredia Benedetti, em função do acidente, a Reduc não teve condições de atender à quota dos seus clientes, o que acabou afetando toda a cadeia. “Hoje a Agecom através de sua trading, a Agecom América Co. importa uma grande gama de seus produtos. Essas importações nos auxiliaram a suprir grande parte do nosso mercado. Para os materiais que não são importados, negociamos novas datas com os clientes, aguardando uma regularização na situação da Reduc”.

Quem também está enfrentando dificuldade é a Manginhos Química. Gerson Vicari diz que a partir da primeira quinzena de abril começou ficar difícil a aquisição do básico. “A informação que temos é que havia falta de básico, talvez esse fosse um dos motivos, o outro era que a importação não chegou a tempo. Estamos terminando o mês com estoque bem baixo. Conseguimos com muita dificuldade adquirir os volumes necessários, mas vamos teminar com nível baixo”.

Na opinião da Agecom o mercado tem demonstrado um grande aquecimento, e a demanda continua em uma crescente, o que tem feito com que muitas empresas busquem parcerias no exterior para suprir o excesso de demanda com importações. “Temos trabalhado em busca de novos produtos e novas parcerias, garantindo assim uma maior gama de alternativas”.



Claudia
Heredia
Benedetti



Luís Pinheiro

CONGRESSO TERÁ ESPAÇO PARA PALESTRAS E EXPOSIÇÃO

Está confirmada a data do 3º Congresso Nacional Simepetro. O evento acontecerá nos dias 19 e 20 de agosto, no Hotel Windsor Flórida, no Rio de Janeiro. No dia 19, acontecem as palestras, e a exposição, que já se tornou fundamental na realização do evento.

Para este ano, a diretoria pretende reduzir o número de temas, de forma a permitir uma discussão mais ampla. “Queremos que os empresários possam dirimir ao máximo suas dúvidas, daí a proposta de ampliar o tempo para as exposições e perguntas”, explica o presidente Carlos Ristum.

Dentre os temas previstos para este ano estão, a evolução dos óleos básicos e aditivos; a legislação Conama sobre coleta de frascos usados de óleos lubrificantes; as tendências do mercado pós Resolução ANP n° 18 e as projeções para o mercado em 2011.



A exposição deverá repetir o sucesso de 2009, com elevado número de participantes. “Esperamos contar com os expositores do ano passado e trazer novos produtos e serviços, principalmente no que diz respeito às questões ligadas ao meio ambiente”, diz Ristum.

No dia 20 de agosto, acontece a visita à Refinaria Duque de Caxias. A proposta é permitir que os empresários possam ver de perto a estrutura da Refinaria, tirem dúvidas sobre a operação e estreitem o relacionamento com o fornecedor. Por questões de segurança, a Refinaria limitou em 80 o número de visitantes. “Os produtores que quiserem participar da visita não podem deixar para última hora, pois as inscrições serão limitadas”.

Os empresários interessados em patrocinar o Congresso podem entrar em contato com a organização do evento, pelo telefone (11) 3676-0874.

A TECNOLOGIA DOS MELHORES FABRICANTES DO MUNDO
AGORA AO ALCANCE DA SUA EMPRESA.

**DIFERENCIE O SEU PRODUTO.
USE A MELHOR MATÉRIA-PRIMA!**

**Bases sintéticas para lubrificantes.
Marcadores e corantes para
combustíveis e lubrificantes.**

A Promax é distribuidora exclusiva, no Brasil, das empresas ExxonMobil (bases sintéticas Grupo IV e V), Petronas (bases sintéticas Grupo III) e UCM - United Colors (marcadores e corantes para combustíveis e lubrificantes).

  

Sua empresa pode contar com o apoio técnico de nossa equipe.

PRONTA ENTREGA  Agente credenciado 

especialidades.quim@promax.bardahl.com.br
www.promax.com.br Tel. 11 4898-8626

A ATENÇÃO AOS PRAZOS DE PAGAMENTO DAS TAXAS

Recentemente o Simepetro encaminhou comunicado aos associados, lembrando-os do prazo para pagamento da taxa do IBAMA. Embora a cobrança exista desde 2000, muitos empresários não estão em dia com os pagamentos.

A Lei nº 10.165, além de instituir a taxa, estabelece a obrigatoriedade de entrega anual de um relatório de atividades, até o dia 31 de março de cada ano. De acordo com Ricardo João Carvalho, diretor da Décio Carvalho Assessoria Documental, é importante destacar que as taxas do IBAMA são altas e retroativas ao ano de 2001. Ele explica que é possível para aqueles que estão irregulares, entrar com recurso pleiteando a redução e o parcelamento do valor da multa. “De 2001 até hoje a multa pode chegar a mais de R\$ 100 mil. É vantajoso recorrer, mas o empresário precisará de ajuda especializada”, comenta.

A taxa deve ser paga a cada três meses de acordo com o potencial poluidor da empresa e seu porte. No caso dos produtores de óleos lubrificantes, esse potencial é considerado alto.

Outras Taxas

Além da taxa do IBAMA, outras taxas são obrigatórias para os produtores de óleos lubrificantes, como a do Exército, da Polícia Civil e da Polícia Federal. Cada instituição controla um grupo de produtos. No caso da Polícia Federal (PF) são incluídos produtos que podem ser utilizados para o refino de cocaína, por exemplo.

Em função disto, o empresário precisa manter a documentação de controle em dia, pois todas as operações com produtos químicos submetidos ao regime de controle e fiscalização da PF exigem das partes envolvidas, o Certificado de Licença de Funcionamento ou Autorização Especial. A renovação da Licença precisa ser solicitada em data imediatamente anterior ao vencimento do Certificado. Carvalho alerta que os produtos controlados não poderão, em hipótese alguma, ser comercializados por empresas não licenciadas.

O Exército é outro órgão que controla produtos químicos. Neste caso, entram na relação produtos que possam ser usados para elaboração de armas químicas ou explosivos. “O Exército controla com mais rigor a parte de depósito e armazenamento. Eles fazem o mesmo controle da Federal, mas são mais exigentes no armazenamento”, explica.

Em termos de depósito, o agente fiscalizador poderá verificar entre outras coisas, se os funcionários são treinados para trabalhar com produtos químicos, perigosos ou tóxicos, existentes na empresa. A solicitação da Licença deve ser feita com três meses de antecedência.

O Licenciamento promovido pela Polícia Civil abrange também produtos controlados pelo Exército. “Na verdade a Polícia Civil e o Exército adotam os mesmos critérios, ela é um órgão auxiliar do Exército, responsável pela fiscalização e controle, por estar mais próxima das empresas”.

Em 2009, uma nova Portaria foi publicada, atualizando a lista de documentos e as instruções para a obtenção da Licença. Embora em todos os casos seja possível ao empresário realizar a solicitação da Licença por e-mail ou pessoalmente, Carvalho reconhece que fica mais fácil quando existe a ajuda de pessoal especializado. “Atuamos nesse mercado há 60 anos, acompanhamos todas as atualizações da legislação, e mantemos uma unidade fixa em Brasília, para agilizar protocolos e análises específicas quando é o caso”.

Endereços Importantes

IBAMA: www.ibama.gov.br

Exército Brasileiro: www.dfpc.eb.mil.br

Polícia Federal: www.dpf.gov.br

Polícia Civil do Estado de São Paulo:

Divisão de Produtos Controlados

R. Brig. Tobias, 527 - 7º and. - Luz - São Paulo - SP

Dcp.dird@policiacivil.sp.gov.br

Decio Carvalho Assessoria Documental

(11) 2972-5100